



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
7ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1120747-16.2024.8.26.0100**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação**
 Requerente: **Roberto Teixeira**
 Requerido: **Cristiano Zanin Martins e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Ricardo Augusto Ramos**

Vistos.

ROBERTO TEIXEIRA ajuizou a presente AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO COMBINADA COM TUTELA CAUTELAR em face de **VALESKA TEIXEIRA ZANIN MARTINS, CRISTIANO ZANIN MARTINS, LARISSA TEIXEIRA QUATTRINI e TEIXEIRA QUATTRINI ADVOGADOS**, alegando, em síntese, que os negócios jurídicos de distribuição desproporcional de lucros e dação em pagamento de imóveis da sociedade de advogados foram simulados com o intuito de dissimular uma partilha testamenta. Narrou que é genitor das requeridas Valeska e Larissa, sogro do requerido Cristiano e sócio fundador do escritório de advocacia Teixeira Quattrini Advogados, anteriormente conhecido como Teixeira, Martins Advogados. Aduziu que, preocupado com a sucessão de seus bens e com a anuência das filhas e do genro, atribuiu-lhes, de forma simulada e gratuita, patrimônio com o fim de dissimular uma partilha-testamento, objetivando disciplinar a futura divisão dos bens para depois de sua morte, mas, enquanto vivo, permanecer no desfrute e no pleno poder sobre esses bens. Afirmou que, a título exemplificativo, sua esposa, Elvira Angelina Teixeira, doou às filhas, também de forma simulada, a quantia de R\$ 7.850.000,00. Asseverou que, dentre os negócios simulados praticados, destaca-se a distribuição desigual de lucros mediante dação em pagamento dos imóveis localizados na Rua Padre João Manoel, nº 755 (Conjunto 192, Matrícula nº 10435 e Conjunto 182, Matrícula nº 10433, ambos do 13º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo – SP), e no Lote nº 01, Quadra 01, SAU/Sul, Brasília-DF (Sala nº 1010, Matrícula nº 107015 e Vaga de Garagem nº 04, Matrícula nº 106732, ambos do 1º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal). Pontuou que todos esses imóveis foram adquiridos pela sociedade de advogados. Narrou que, na época da 13ª alteração contratual (18.12.2013), detinha 55% das cotas patrimoniais da sociedade, enquanto os demais três sócios detinham 45% (15% cada), e que, em reunião de sócios naquela data, os sócios distintos do autor receberam, a título de distribuição de lucros, outros imóveis. Contudo, afirmou que, apesar de deter 55% das cotas, nada recebeu, e sua parte no acervo patrimonial foi atribuída gratuitamente, de forma simulada e sem causa



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
7ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

jurídica, às suas duas filhas, Valeska e Larissa, que receberam metade da propriedade dos imóveis objeto da presente ação. Sustentou que a requerida Valeska, juntamente com seu marido Cristiano, se retiraram unilateralmente da sociedade de advogados em agosto de 2022, mediante comunicação por telegrama, de forma não amistosa, rompendo laços afetivos e familiares. Aduziu que essa retirada foi o início de medidas para prejudicar sua subsistência, embaraçar o exercício profissional e minar seu prestígio. Narrou que o escritório obteve vitórias jurídicas notórias, mas que Valeska e Cristiano se valeram da projeção midiática para se retirar e desfrutar exclusivamente do prestígio, veiculando matérias jornalísticas que o apresentavam como sucessor, mesmo o autor não tendo cessado sua atividade profissional. Afirmou que a retirada unilateral foi seguida do desligamento de quase totalidade de advogados e estagiários, e do apossamento dos principais clientes do escritório, sem que os sócios retirantes arcassem com verbas rescisórias, estabelecessem divisão de clientes/honorários ou concorressem para o passivo existente, tudo em desrespeito a uma cláusula contratual de não-concorrência. Asseverou que a data da retirada foi conveniente, pois se aproximava o desfecho de casos importantes com percepção de honorários substanciais. Sustentou que os sócios remanescentes, especialmente o autor, ficaram com a capacidade de trabalho comprometida, sem clientes principais, privados de honorários milionários e com passivos. Alegou que o imóvel sede da sociedade, titulado majoritariamente pelo autor, está sendo objeto de dissolução de condomínio para alienação, com o propósito de criar embaraço ao seu exercício profissional. Aduziu que os requeridos, em especial Valeska, ajuizaram 8 (oito) ações judiciais envolvendo-o direta e indiretamente, visando consolidar os bens que lhes foram atribuídos gratuitamente em vida, de forma simulada, para desfrute antecipado do patrimônio do autor e de sua esposa, privando-os de recursos e afetando seu padrão de vida, em violação aos direitos dos idosos. Afirmou que o excesso de demandas e a idade avançada do autor e de sua esposa, somados a questões de saúde, revelam uma "inaudita instrumentalização do Direito para destruir uma pessoa considerada inimiga". Sustentou que, sendo os negócios simulados, urge o reconhecimento da nulidade da distribuição desproporcional de lucros e das escrituras de dação em pagamento lavradas em 21.02.2014, no 23º Tabelionato de Notas de São Paulo/SP (Livro 3591, fls. 002/008, 009/014 e 027/032). Asseverou que a partilha testamentária, embora válida em substância, não pode subsistir por inobservância da forma legal de testamento. Aduziu que se trata de simulação relativa objetiva, realizada sem o propósito de prejudicar terceiros ou fraudar a lei (simulação inocente), mas que a legislação civil não distingue tipos de simulação, e permite que uma parte alegue contra a outra. Frisou que a nulidade pode ser reconhecida e declarada de ofício pelo magistrado, dada a gravidade do vício. Requereu o deferimento da tutela de urgência, *inaudita altera pars*, para determinar o registro de protesto contra alienação dos bens imóveis (matrículas nº 10433, 10435, 107015 e 106732), mediante



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
7ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

expedição de ofício aos respectivos Cartórios de Registro de Imóveis. Pleiteou a total procedência da ação para declarar a nulidade da simulada distribuição desproporcional de lucros e/ou da respectiva dação em pagamento, com a consequente retificação das matrículas para restabelecer o *status quo ante*, e a condenação dos requeridos ao pagamento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios. Atribuiu à causa o valor de R\$ 100.000,00 para fins fiscais.

Houve determinação de emenda à petição inicial às fls. 197/198 para retificação do valor da causa, correspondendo ao valor total dos bens imóveis indicados na inicial, recolhendo as custas complementares.

Emenda à inicial (fls. 418/429), retificando o valor da causa para R\$ 5.172.761,88.

A emenda foi recebida, retificando-se o valor causa, bem como indeferindo-se a tutela cautelar de urgência pretendida na inicial (fls. 471/472).

Citada, a ré VALESKA TEIXEIRA ZANIN MARTINS ofereceu contestação (fls. 201/236), arguindo, preliminarmente, a ausência de documentos fundamentais para a propositura da ação, a inépcia da petição inicial e a incorreção do valor da causa. Arguiu que a pretensão do requerente está prescrita, uma vez que a deliberação societária questionada ocorreu em 18 de dezembro de 2013, e a escritura pública foi lavrada em fevereiro de 2014. Aduziu que, se a ação busca, na realidade, o reconhecimento de uma suposta distribuição irregular de lucros, o prazo prescricional aplicável seria de 3 anos ou, no máximo, o prazo genérico de 10 anos, ambos já expirados. Afirmou que o requerente utiliza o instituto da simulação como um "escudo de proteção" para tentar impugnar negócios jurídicos válidos e celebrados há mais de 10 anos, com o intuito de fugir à prescrição. No mérito, sustentou a inexistência de simulação e a legitimidade da distribuição de lucros. Alegou que as informações do requerente são incompletas, distorcidas e omitem dados relevantes. Aduziu que a afirmação de que o requerente não recebeu lucros em 2013 é falsa. Afirmou, com base em Parecer Técnico Pericial Contábil Preliminar, que o requerente recebeu R\$ 5.897.000,00 (cinco milhões, oitocentos e noventa e sete mil reais) da Sociedade Teixeira Martins no exercício de 2013, o que corresponde a 40,05% do total distribuído. Narrou que os valores dos imóveis objeto da ação (R\$ 4.146.568,36) correspondem a menos de um terço do total de lucros distribuídos pela sociedade em 2013. Explanou que o lucro desproporcionalmente recebido a mais por Valeska e Larissa não coincide com os valores recebidos a menos por Roberto Teixeira, e que o antigo sócio Cristiano também recebeu a menor. Pontuou que houve uma alteração contratual em 18 de dezembro de 2013, que aumentou os percentuais de participação de Valeska, Larissa e Cristiano, e diminuiu o de Roberto Teixeira. Aduziu que



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
7ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

a distribuição desproporcional de lucros foi uma prática usual na sociedade em anos subsequentes, e que os reduzidos percentuais de Roberto Teixeira foram corroborados por alterações contratuais em 2018, quando ele cedeu 30% de sua participação às filhas, permanecendo com apenas 10%, o que indica sua menor contribuição intelectual e mais o papel administrativo. Sustentou que, caso o requerente tivesse a intenção de ser beneficiado com usufruto sobre os imóveis, ele teria documentado tal intenção, o que não ocorreu. Refutou a tese de "reserva mental", afirmando que jamais teve conhecimento da suposta vontade íntima e obscura do requerente de que a distribuição de lucros seria uma partilha testamentosa, o que manteria a validade do negócio jurídico. Argumentou que, para a configuração da simulação, são necessários elementos como a consciência dos envolvidos, a intenção enganosa em relação a terceiros, e o conluio entre os participantes do negócio danoso. Neste sentido, aduziu que estão ausentes os requisitos delimitados pela doutrina para que o vício da simulação esteja configurado. Afirmou que jamais houve ato simulado na distribuição de lucros, pois essa não foi sua intenção, nem a dos demais sócios, nem mesmo do requerente, que traz a questão da simulação como um ardid. Asseverou que os bens imóveis indicados foram adquiridos pelo escritório após o ingresso de Valeska e seu esposo, em virtude da atuação profissional deles. Reiterou que todas as escrituras de dação em pagamento previram a transmissão dos imóveis pela Teixeira Martins Advogados e não por Roberto Teixeira. Concluiu que a tese de "partilha-testamento" com bens de terceiros é indevida e que, caso o requerente realmente acreditasse nisso, a requerida jamais teve conhecimento de tais fantasias. Requereu o acolhimento das matérias preliminares. Alternativamente, pleiteou a extinção do processo com resolução do mérito em razão da prescrição da pretensão. Caso as preliminares não sejam acolhidas, requereu a improcedência total da ação, a condenação do requerente em custas e honorários advocatícios. Juntou documentos.

Citado, CRISTIANO ZANIN MARTINS ofereceu contestação (fls. 443/456), dando-se por citado, arguindo, preliminarmente, a inépcia da petição inicial, sua ilegitimidade passiva, a ausência de interesse processual e a ocorrência de prescrição. Alegou que foi advogado privado por 25 anos antes de ser nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, sendo sócio de Roberto Teixeira na Sociedade Teixeira Martins Advogados, e não empregado ou subordinado. Sustentou que jamais foi ou é herdeiro de Roberto Teixeira, sendo casado com Valeska sob o regime de separação total de bens, não tendo nada a herdar do autor. Afirmou que a alegação de "simulação" é um expediente para rediscutir uma distribuição de lucros ocorrida há mais de 10 anos. Sustentou a ocorrência de prescrição, aplicando os mesmos argumentos e prazos da contestação de Valeska, ambos já exauridos. No mérito, o peticionário defendeu a licitude da deliberação que atribuiu a copropriedade dos imóveis, pois decorreu de lucros devidos à atuação



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
7ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

profissional dos sócios, e que tais imóveis jamais foram de Roberto Teixeira. Afirmou que Roberto Teixeira recebeu sua parte na distribuição de lucros de 2013 em moeda corrente, no valor de R\$ 5.897.000,00 (cinco milhões, oitocentos e noventa e sete mil reais), conforme Parecer Técnico já acostado aos autos. Aduziu que o próprio peticionário recebeu menos do que deveria da sociedade de advogados, a partir da administração de Roberto Teixeira, um montante de R\$ 331.339,92 (trezentos e trinta e um mil, trezentos e trinta e nove reais e noventa e dois centavos) a menos. Narrou que a alteração contratual de 18 de dezembro de 2013, que ocorreu no mesmo dia da distribuição de lucros, modificou os percentuais de participação, aumentando o capital social do peticionário, de Valeska e de Larissa, e diminuindo o de Roberto Teixeira. Reiterou que o peticionário não é herdeiro de Roberto Teixeira e não se beneficiaria de qualquer partilha testamentar. Asseverou que a distribuição desproporcional de lucros foi prática usual na sociedade, e que os reduzidos percentuais de Roberto Teixeira convergem com sua retirada do quadro societário em 2018, demonstrando que ele não mais contribuía para os lucros da sociedade, exercendo apenas função administrativa, e que, em realidade, ele e sua esposa eram clientes da banca e possuíam um grande acervo de processos. Afirmou que Roberto Teixeira devia valores à banca. Sustentou que, ao peticionário, é imputada apenas suposta anuência a um ato dissimulado em favor das filhas do autor, sem que houvesse prova da simulação ou de que o peticionário tivesse ciência das verdadeiras intenções de Roberto Teixeira. Alegou que jamais teve conhecimento de qualquer simulação, e que o patrimônio era da banca, não de Roberto Teixeira. Subsidiariamente, aduziu que, mesmo que houvesse indício de simulação (o que nega), os negócios são válidos na substância e na forma, devendo subsistir. Requereu o acolhimento das preliminares, ou acolhimento da prescrição. Caso as preliminares não sejam acolhidas, requereu a improcedência da ação, a condenação do requerente em custas e honorários advocatícios. Juntou documentos.

Citadas, LARISSA TEIXEIRA QUATTRINI e TEIXEIRA QUATTRINI ADVOGADOS ofereceram contestação (fls. 737/746), manifestando que inexistente pretensão resistida. Alegaram que assiste razão ao autor, cumprindo-lhes, de boa-fé, corroborar o quanto aduzido. Narra que os imóveis em questão pertenciam à sociedade de advogados e que o autor, como fundador e detentor de 55% das cotas patrimoniais, foi preterido na distribuição em benefício de ambas as filhas, que receberam metade da propriedade dos referidos bens. Aduziram que o objetivo do autor, no propósito de realizar uma partilha-testamento, era inequívoco, e ele estava cedendo gratuitamente a parte que lhe cabia em favor das filhas. Afirmaram que, no exercício de 2013, foram realizadas oito distribuições de lucros de forma regular e proporcional entre os sócios, respeitando os percentuais das cotas patrimoniais (55% para o autor e 15% para os demais), conforme lançamentos extraídos de sistema auditável e e-mails encaminhados aos sócios. Contudo,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
7ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

sustentaram que a nona distribuição de lucros, objeto da dação em pagamento, foi desproporcional e simulada, pois não houve ingresso de honorários que a justificasse, e a deliberação foi para dar em pagamento as salas comerciais que pertenciam à sociedade. Explicaram que essa simulada distribuição de lucros desmobilizou os ativos da sociedade e os transferiu para os sócios, sem, contudo, observar o percentual devido por cada um, uma vez que o autor realmente nada recebeu da nona distribuição, e sua parte foi atribuída gratuitamente, sem causa jurídica, de forma simulada, às suas filhas. Asseveraram que, a despeito da atribuição gratuita em favor das filhas, restou pactuado entre as partes que os aludidos imóveis serviriam à sociedade de advogados, sem prejuízo do autor perceber os frutos dos referidos imóveis para o sustento dele e de sua família. Reiteraram, assim, que o entendimento entre as partes era no sentido de que os imóveis continuariam sendo usufruídos exclusivamente pelo autor, seja pela utilização para suas atividades profissionais, seja pela percepção de rendimentos. Corroboraram essa afirmação com o exemplo do imóvel de Matrícula nº 10433 (Conjunto nº 182), que, embora titulado em nome da sociedade, era tido como exclusivo do autor, que recebia aluguéis pagos pela sociedade, sob a rubrica de "distribuição especial 182", tanto no exercício de 2013 quanto em 2014, mesmo após o imóvel ter passado simuladamente para a propriedade das filhas. Concluíram que inexistente pretensão resistida para o reconhecimento da nulidade do negócio jurídico nos moldes deduzidos pelo autor, vez que os fatos narrados na exordial espelham a realidade dos eventos. Juntaram documentos.

Houve réplica, com documentos (fls. 532/559 e 864/866).

Manifestação do corréus VALESKA T. Z. M. e CRISTIANO Z. M. (fls. 867/886).

As partes apresentaram suas manifestações acerca de eventuais provas (fls. 890/893 e 896/902).

É o relatório do necessário

FUNDAMENTO E DECIDO.

Impõe-se o julgamento antecipado do feito, nos moldes do artigo 355, inciso I, do CPC, por ser desnecessária a produção de outras provas, pericial ou oral, estando o feito suficientemente instruído com os elementos necessários ao convencimento motivado.

Nesse sentido, entendimento já consolidado perante o C. Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que "*O juiz tem o poder-dever de julgar a lide antecipadamente, ao constatar que o acervo documental é suficiente para manter seu entendimento*" (STJ - REsp 556368-SP. RECURSO ESPECIAL 2003/0099152-2, 2ª Turma, Rel. Min. JOÃO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
7ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

OTÁVIO DE NORONHA, J. 23.10.2007, DJe 23.11.2007).

As matérias preliminares de ausência de documentos fundamentais para a propositura da ação e inépcia da petição inicial devem ser superadas. Ainda que a petição inicial tenha deixado de apresentar algum documento que a parte ré considera fundamental para a solução da lide, proporciona o devido contraditório e a ampla defesa, cabendo destacar que poderá o juiz determinar a juntada, por quaisquer das partes, de algum documento que repute essencial para o deslinde da causa. Também não há que se falar em inépcia da petição inicial, na medida em que a leitura da peça exordial leva à inequívoca conclusão de que o autor pretende a nulidade de ato jurídico em razão de simulação, tendo possibilitado o exercício do direito de defesa da parte ré.

No que tange à arguição de incorreção do valor da causa, a questão já foi suficientemente analisada na decisão de fls. 197/198, tendo o autor atribuído o valor de R\$ 5.172.761,88 conforme determinação deste Juízo, bem como com o recolhimento das custas iniciais complementares (fls. 430/431).

Superada estas matérias processuais preliminares, passo à análise da prescrição e da matéria de fundo.

O autor fundamenta sua pretensão na alegação de nulidade absoluta dos negócios jurídicos de distribuição desproporcional de lucros e dação em pagamento, por simulação, nos termos dos artigos 166 e seguintes do Código Civil.

Os corréus Valeska T. Z. M. e Cristiano Z. M. arguiram a ocorrência de prescrição, sustentando que a pretensão autoral, em sua essência, não se trata de mera declaração de nulidade de um negócio jurídico simulado, mas sim de um questionamento à regularidade de uma deliberação societária de distribuição de lucros e dação em pagamento.

Conforme se depreende dos autos, a deliberação societária que culminou na dação em pagamento dos imóveis ocorreu em 18 de dezembro de 2013 (fls. 83/96), e as escrituras públicas foram lavradas em 21 de fevereiro de 2014 (fls. 47/82). A presente ação, por sua vez, foi ajuizada em 29 de julho de 2024, ou seja, mais de 10 (dez) anos após a realização dos atos que se pretende anular ou desconstituir.

No que tange à arguição de prescrição genérica, prevista no artigo 205 do Código Civil (*A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor*), há divergência doutrinária e jurisprudencial a respeito de sua aplicação a negócios jurídicos considerados nulos, em razão de disposição expressa do art. 169 do Código Civil, que assim dispõe: *O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
7ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

convalesce pelo decurso do tempo.

Assim, embora o Código Civil de 2002, ao tratar da simulação como causa de nulidade absoluta (art. 167), afaste a possibilidade de convalidação e, em tese, a sujeite à imprescritibilidade (art. 169), revela-se imperioso analisar a verdadeira natureza da pretensão deduzida em juízo, analisando acerca do negócio jurídico questionado, para depois aferir acerca da ocorrência e aplicabilidade da prescrição ao caso concreto.

Sustenta o autor a ocorrência de simulação no negócio jurídico celebrado entre as partes.

O Código Civil vigente dispõe o seguinte acerca da simulação:

Art. 167. É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.

§ 1º Haverá simulação nos negócios jurídicos quando:

I - aparentarem conferir ou transmitir direitos a pessoas diversas daquelas às quais realmente se conferem, ou transmitem;

II - contiverem declaração, confissão, condição ou cláusula não verdadeira;

III - os instrumentos particulares forem antedatados, ou pós-datados.

No caso dos autos, não há que se falar em alienação de direito de herança de pessoa viva, não havendo que se falar em simulação por este motivo.

A parte autora alega que os negócios simulados visavam dissimular uma "partilha-testamento". No entanto, os imóveis em questão, conforme admitido pelo próprio autor (e conforme se comprova das matrículas de fls. 47/82), pertenciam à sociedade de advogados TEIXEIRA MARTINS E ADVOGADOS, e não ao seu patrimônio pessoal. Tal fato descaracteriza a possibilidade de uma "partilha-testamento" nos moldes do artigo 2.018 do Código Civil, que se refere à disposição de bens por ascendente. Se os bens não eram de propriedade pessoal do autor, a pretensão de "partilha-testamento" para esses ativos carece de fundamento.

Nesse contexto, a pretensão autoral se revela, em sua substância, como um questionamento à deliberação societária de distribuição de lucros e dação em pagamento. Para tal tipo de pretensão, o ordenamento jurídico estabelece prazos prescricionais.

Como já asseverado, a aplicação da prescrição para negócios jurídicos nulos (não é o caso dos autos) é controversa, encontrando aparente óbice no artigo 169 do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
7ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Código Civil. Porém, há jurisprudência, ainda sedimentada sob a égide do Código Civil de 1916, no sentido de sua possibilidade, notadamente pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, no Recurso Especial nº 297.117/RS, da lavra do Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, 4ª Turma, julgado em 28/08/2007, assim ementado:

RECURSO ESPECIAL. CIVIL. ALIENAÇÃO DE BEM IMÓVEL. CLÁUSULA DE INALIENABILIDADE. NULIDADE ABSOLUTA. CC/1916. DECLARAÇÃO DE OFÍCIO. RECURSOS EXCEPCIONAIS. PREQUESTIONAMENTO. REQUISITO CONSTITUCIONAL. EFEITO TRANSLATIVO DOS RECURSOS. NÃO OCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. PRECEDENTES DESTA CORTE SUPERIOR. RECURSO NÃO CONHECIDO. 1. Destacaram as instâncias anteriores que os gravames incidem, tão-somente, sobre os frutos e não, propriamente, sobre o imóvel. 2. Não se conhece do recurso relativamente à alegada ofensa aos artigos 214 da Lei de Registros Públicos e ao artigo 1º da Lei n. 8.935/94, porquanto ausente o necessário prequestionamento, pois da matéria não cuidou o Tribunal sul-rio-grandense. Incide na espécie, mutatis mutandis, o enunciado n. 282 do col. Supremo Tribunal Federal ("é inadmissível o recurso extraordinário, quando não vinculada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada"). 3. O Tribunal estadual manteve-se nos exatos limites da questão da prescritebilidade, ou não, da pretensão de reconhecimento da nulidade do negócio jurídico entabulado, mantendo-se silente sobre qualquer outra matéria. Não obstante, ainda que se trate de questão chamada de "ordem pública", isto é, nulidade absoluta - passível, segundo respeitável doutrina, de conhecimento a qualquer tempo, em qualquer grau de jurisdição - , este Tribunal Superior já cristalizou seu entendimento pela impossibilidade de se conhecer da matéria de ofício, quando inexistente o necessário prequestionamento. 4. Ocorrendo nulidade, a prescrição a ser aplicada é a vintenária. Precedentes das 3ª e 4ª Turmas da 2ª Seção deste Superior Tribunal de Justiça. 5. Recurso não conhecido.

O voto condutor do Recurso Especial nº 297.117/RS acima colacionado discorre acerca das divergências acerca do tema, porém, assenta a possibilidade do reconhecimento da prescrição às demandas declaratórias, citando, doutrinas de renome, pedindo-se licença para colacionar as seguintes passagens do voto:

Caio Mário da Silva Pereira, em conhecida passagem, já destacava: "A doutrina nacional tem sustentado que, além de insanável, a nulidade a imprescritível, o que daria em que, por maior que fosse o tempo decorrido, sempre seria possível atacar o negócio jurídico: quod nullum est nullo lapsu temporis convallescere potest. É freqüente a sustentação deste princípio, tanto em doutrina estrangeira, quanto nacional. Os modernos, entretanto, depois de assentarem que a prescritebilidade é a regra e a imprescritebilidade,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
7ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

a exceção, admitem que entre o interesse social do resguardo da ordem legal, contido na vulnerabilidade do negócio jurídico, constituído como infração de norma de ordem pública, e a paz social, também procurada pelo ordenamento jurídico, sobreleva esta última, e deve dar-se como suscetível de prescrição a faculdade de atingir o ato nulo. Nosso direito positivo não desafina desta concepção. Estabelecendo que os direitos reais prescrevem em em 10 e 15 anos, e os de crédito, em 20 (Código Civil, art. 177), o legislador brasileiro, em essência, enunciou a regra, segundo a qual nenhum direito sobrevive à inércia do titular, por tempo maior de 20 anos. Esta prescrição longi temporis não respeita a vulnerabilidade do ato nulo, e, portanto, escoados 20 anos do momento em que poderia ter sido proposta a ação de nulidade, está trancada a porta, e desta sorte opera-se a consolidação do negócio jurídico, constituído embora sob o signo do desrespeito à ordem pública." (in Instituições de Direito Civil. Volume I. 19ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001, páginas 406/407).

Assim também Humberto Theodoro Junior, em comentário à obra de Orlando Gomes (este, desfavorável à tese), quando afirma: "Acerca da imprescritibilidade da nulidade, a tendência moderna é de fazer-se distinção entre o negócio que produziu efeitos concretos e o que não os produziu. Se o ato inválido nunca foi executado, em qualquer ocasião que se pretenda dar-lhe eficácia, possível será a objeção de sua nulidade, sem que se possa pensar em prescrição. As exceções não prescrevem, em princípio, e com maior razão quando se trata de negócio nulo. Quando, porém, malgrado seu defeito fundamental, o negócio entrou a produzir seus naturais efeitos, criando para a parte uma situação concreta de titularidade do direito subjetivo por ele adquirido, não se pode mais cogitar da imprescritibilidade da ação para reverter ditos efeitos. A segurança das relações jurídicas - que é um dos valores caros ao Direito - não pode ficar indefinidamente em xeque. Tal segurança pertence, sobretudo, ao interesse público, sobre o qual não deve prevalecer a norma que tutela o interesse privado daquele que seria beneficiado pela sanção de nulidade." (ORLANDO GOMES in Introdução ao Direito Civil. Atualizador: Humberto Theodoro Júnior. 18ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001, página 485).

Há citações de outros julgados indicando a possibilidade de acolhimento da prescrição às ações de natureza declaratória. E no caso dos autos, considerando que o negócio foi firmado em 18/12/2013, as escrituras foram lavradas em 21/02/2014 e a presente demanda foi ajuizada somente aos 29/07/2024, houve o transcurso do prazo prescricional decenário previsto no artigo 205 do Código Civil vigente.

Assim, ainda que fosse nulo o negócio jurídico, seria de rigor o reconhecimento da prescrição ao caso dos autos, cabendo acrescentar que eventual



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
7ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

imprescritibilidade atingiria apenas e tão somente a pretensão declaratória, de modo que os efeitos concretos do negócio jurídico estariam abarcados pela prescrição decenária. Retornando ao julgamento do Recurso Especial nº 297.117/RS, colaciona-se a doutrina de Gustavo Tepedino e outros:

"Para alguns autores, tal posição teria perdido força com o CC, tendo em vista a redação inequívoca do dispositivo, que se refere à imprescritibilidade (Sílvio Venosa, Direito Civil, pp. 576-577). Para outros, a ação declaratória de nulidade seria de fato imprescritível, mas a desconstituição dos efeitos do ato jurídico nulo se sujeita ao prazo prescricional máximo (dez anos) do art. 205: 'Em síntese: a imprescritibilidade dirige-se, apenas, à declaração de nulidade absoluta do ato, não atingindo as eventuais pretensões condenatórias correspondentes' (Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho, Novo Curso, pp. 403-404). Esta última posição mostra-se sedutora, embora deixe de esclarecer as conseqüências práticas da declaração de imprescritibilidade. A rigor, não parece haver objeção a manter-se o entendimento consagrado no regime anterior, desde que se aparte a nulidade, em si considerada, dos efeitos patrimoniais dela decorrentes. As pretensões patrimoniais se submetem ao período prescricional do CC, ao passo que as conseqüências extrapatrimoniais, que dizem respeito especialmente à tutela da personalidade, ao status personae e às relações de família, encontram-se protegidas pela dicção do artigo em exame" (in Código Civil Interpretado Conforme a Constituição da República. Volume I. Rio de Janeiro: Renovar, 2004, página 316, grifos no original)

E ainda que se considerasse a pretensão como uma ação de anulação de deliberação societária, o prazo aplicável seria o previsto no Código Civil para ações de reparação civil ou, no máximo, o prazo geral decenal. O artigo 205 do Código Civil estabelece o prazo de 10 (dez) anos para a prescrição quando a lei não houver fixado prazo menor. Já o artigo 206, § 3º, inciso VI, do mesmo diploma legal, prevê o prazo de 3 (três) anos para a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa.

Considerando, mais uma vez, que os atos questionados (deliberação e escrituras) ocorreram entre dezembro de 2013 e fevereiro de 2014, e a ação foi proposta em julho de 2024, não havendo nenhuma causa interruptiva ou suspensiva (por exemplo, notificação ou interpelação), verifica-se que o prazo decenal do artigo 205 do Código Civil já se esgotou. Da mesma forma, o prazo trienal, se aplicável, também estaria há muito superado.

A alegação de simulação, embora possa levar à nulidade, não pode ser utilizada como subterfúgio para eternizar a possibilidade de questionar atos jurídicos cujos efeitos se consolidaram no tempo e que, em sua essência, configuram uma pretensão sujeita a prazo prescricional. A imprescritibilidade da nulidade absoluta não se estende à



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
7ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

pretensão de desconstituir os efeitos patrimoniais de um ato que, sob a roupagem de simulação, busca reverter uma situação fática e jurídica consolidada há mais de uma década, especialmente quando o próprio autor admite que o negócio supostamente dissimulado (partilha-testamento) não poderia subsistir por inobservância da forma legal.

Mesmo que eventualmente superada a arguição de prescrição, conforme já argumentado em linhas anteriores, o negócio jurídico firmado entre as partes deve ser mantido. Não há como reconhecer eventual vício no negócio jurídico atacado, tendo em vista que foi celebrado entre pessoas maiores e capazes, não havendo um indício sequer de que estavam alheias às suas faculdades mentais à época do negócio jurídico questionado, cabendo asseverar que se tratam de advogados e possuem o mais vasto conhecimento jurídico de seus atos.

O comportamento do autor ao pleitear o reconhecimento de simulação no negócio jurídico para contrariar a sua postura anterior, refletindo quebra do dever de confiança, pois *"a ninguém é lícito fazer valer um direito em contradição com sua anterior conduta interpretada objetivamente"* (Judith Martins Costa, A Boa-Fé no Direito Privado, RT-2000, pág. 460). Não pode a parte, agora e após mais de 10 anos do negócio jurídico, pleitear a nulidade um ato jurídico para o qual deu causa.

Portanto, deve ser acolhida a preliminar de prescrição, uma vez que a pretensão de questionar a distribuição de lucros e a dação em pagamento, ainda que sob a alegação de simulação, encontra-se fulminada pelo decurso do prazo prescricional.

Por fim, quanto às verbas sucumbências, considerando que as corrés LARISSA TEIXEIRA QUATTRINI e TEIXEIRA QUATTRINI ADVOGADOS, em sua contestação, assumiram verdadeira posição ativa, não apresentando resistência ao pleito inicial, já que seriam diretamente beneficiadas por eventual acolhimento da pretensão do autor. Dessa forma, pelo princípio da causalidade, e porque restaram vencidas na sua pretensão, também deverão arcar com os honorários de sucumbência em favor dos corréus VALESKA T. Z. M. e CRISTIANO Z. M.

Ante o exposto e por tudo o mais que consta dos autos, **JULGO IMPROCEDENTE** os pedidos formulados na inicial, resolvendo o mérito da ação, com fundamento no artigo 487, incisos I e II, do Código de Processo Civil.

Em razão da sucumbência, condeno o autor ao pagamento das custas e despesas processuais. Nos termos da fundamentação acima, condeno, ainda, o AUTOR e as corrés LARISSA TEIXEIRA QUATTRINI e TEIXEIRA QUATTRINI ADVOGADOS ao pagamento de honorários advocatícios em favor dos corréus VALESKA T. Z. M. e CRISTIANO Z. M., que fixo em 10% do valor da causa atualizado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
7ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

Preteridas as demais alegações, por incompatíveis com a linha adotada, ficam as partes advertidas de que a oposição de embargos fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente ensejará a imposição da multa prevista no art.1026, §2º, do CPC.

Para viabilizar eventual acesso às vias extraordinária e especial, considera-se prequestionada toda matéria infraconstitucional e constitucional, observado o pacífico entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, tratando-se de prequestionamento, é desnecessária a citação numérica dos dispositivos legais, bastando que a questão posta tenha sido decidida (EDROMS 18205 / SP, Ministro FELIX FISCHER, DJ 08.05.2006, p. 240).

Em caso de recurso de apelação, intime-se a parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias úteis (art. 1.010, §1º, do CPC). Após, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, com as homenagens e cautelas de estilo.

Com o advento da Lei nº 13.105/2015, o juízo de admissibilidade é efetuado pelo juízo ad quem, na forma do artigo 1.010, § 3º, a seguir transcrito: "Após as formalidades previstas nos §§ 1º e 2º, os autos serão remetidos ao tribunal pelo juiz, independentemente de juízo de admissibilidade".

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos definitivamente.

Publique-se. Registrada eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se.

São Paulo, 18 de setembro de 2025.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**